

## PRÁTICAS DE LETRAMENTO EM FLE: RESIGNIFICAR PARA FORMAR O SUJEITO CRÍTICO

Sílvia Maria Santos Marinho<sup>1</sup>

Orientadora: Profa. Dra. Cláudia Martins Moreira

### INTRODUÇÃO

A língua é a grande responsável pela formação do sujeito. É através da língua que temos o primeiro contato com o mundo a nossa volta e é na infância que aprendemos as primeiras palavras em língua materna, que passam a ter uma significação própria para cada criança. Nesse do contato, da aprendizagem da língua materna é que será possível ter acesso a uma segunda língua, nesse caso uma língua estrangeira, uma língua inicialmente estranha, diferente daquela que aprendemos inicialmente.

A partir do encontro entre a língua materna e a língua estrangeira, segundo Coracini instaura-se uma “relação de conflito” (CORACINI, 2003, p. 139). Esse conflito pode evidenciar-se a partir do momento que o aprendiz ao ter um contato com uma nova língua, ele passar a estranhar sua própria língua e a língua do outro, assim como passará a estranhar a quantidade de palavras novas que ele estará em contato, que ele ouvirá de tantas outras vozes. Serão essas novas palavras que levará o indivíduo a constituir-se enquanto sujeito. Segundo Coracini (2007, p. 24) “[...] é o exato momento em que o sujeito se insere no discurso, que busca palavras para se definir, que ele se singulariza”. Vale ressaltar que o aprendizado de uma nova língua será sempre influenciado pela língua materna e é dessa forma que o conflito entre as duas línguas se evidenciam.

Trabalhar com língua estrangeira requer uma reflexão sobre o profissional que trabalha nessa área. É preciso refletir sobre sua formação, sua identidade enquanto professor de língua estrangeira, da mesma forma que devemos nos perguntar se esse profissional está preparado para lidar com as demandas do mundo contemporâneo, do mundo tecnológico ou quais medos, angústias habitam seu universo profissional. Esse medo pode estar relacionado ao fato de uma parte dos professores se sentirem despreparada em relação às novas tecnologias, por não dominá-las, por exemplo. Apesar dos medos que habitam em nós, todos anseiam por mudanças que possam garantir uma melhor posição na sociedade, uma justa valorização do profissional docente. Um contexto mais específico, como profissional de língua estrangeira, englobando professor/aluno, esse processo poder tornar-se

---

<sup>1</sup> Mestranda em Crítica Cultural, Linha 2, UNEB, Campus II. Endereço eletrônico: silviamarinho@ig.com.br.

uma mercadoria, quando movidos pela publicidade tão recorrente ultimamente, a língua tornar-se-á um mero objeto de consumo, fugindo do seu real papel que é a formação do sujeito pensante.

O grande desafio da educação e conseqüentemente do professor é a formação do sujeito crítico. É através da educação que o ser humano insere-se na sociedade que historicamente foi construída e que se reconstrói continuamente. Segundo Selma Garrido:

A tarefa da educação é inserir as crianças e os jovens tanto no avanço civilizatório, para que dele usufruam, como na problemática do mundo de hoje, por intermédio da reflexão, do conhecimento, da análise, da compreensão, da contextualização, do desenvolvimento de habilidades e de atitudes. Portanto, sua tarefa é garantir que se apropriem do instrumental científico, técnico, tecnológico, de pensamento, político, social e econômico, de desenvolvimento cultural, para que sejam capazes de pensar e gestar soluções (2012, p. 97).

Diante do que foi dito, evidencia-se a necessidade de trabalhar com nossos alunos na perspectiva de sua formação, sobretudo, humana para que sejam capazes de responder aos desafios produzidos em diferentes contextos políticos e sociais, uma vez que a educação é resultante de toda essa complexidade e conseqüentemente projeta a sociedade que queremos ter no futuro.

O professor, independente, da área que atue está a todo o momento sendo desafiado a enfrentar diversos percalços produzidos pela sociedade atual. Dentre os vários desafios destacam-se: a distinção entre a sociedade da informação e do conhecimento; a sociedade que se desestrutura em decorrência da violência por causa das drogas, da destruição das relações interpessoais, dentre vários outros exemplos.

É preciso que o professor esteja consciente da sua função e tenha claro que conhecer é muito mais que receber informações, no caso de língua estrangeira, é muito mais que conhecer a estrutura da língua. Ter conhecimento então é saber analisar, organizar, contextualizar e, sobretudo trabalhar as informações de forma que elas transformem-se em conhecimento. Portanto é tarefa do professor promover a análise crítica das informações, mas para que ele proceda dessa forma, ele deve ter recebido uma formação científica, metodológica, pedagógica e cultural.

## **O MUNDO LETRADO E SUAS IMPLICAÇÕES SOCIAIS**

O surgimento e crescimento de movimentos sociais comprometidos com os direitos humanos, no Brasil, possibilitou a esses grupos a liberdade de expressão visando tornar visíveis seus desejos de transformação. Com o objetivo de tornar realidade essas transformações o autor apresenta questionamentos necessários para uma tomada de consciência quanto ao seu papel dentro de uma sociedade que se diz democrática:

Em termos éticos, que papel cabe aos intelectuais, ao campo acadêmico, na manifestação de direitos de pessoas que estão excluídas do mundo formal do letramento? Sua posição é, em princípio, de defesa de direitos humanos, exercício de responsabilidade para com o outro, solidariedade com os excluídos? No que se refere aos movimentos sociais em andamento hoje, é possível definir se a linguagem por eles utilizada, em suas manifestações públicas, corresponde a uma forma efetiva de obtenção de impacto junto à sociedade? Os grupos estão preparados para interagirem, inclusive, de modo conflitivo, com outros grupos? Em termos jurídicos e institucionais, cabem ainda perguntas. Em que medida seria preciso conhecer e dominar a linguagem do grupo inimigo, para ter ideias aceitas e respeitadas? Em que medida precisamos conhecer a linguagem do poder dominante para, dentro e fora dela, implodir criticamente seus pressupostos? (GINZBURG, 2012, p. 10).

Em relação ao primeiro questionamento para ficar evidente, em nossa sociedade, a impotência desse intelectual que reflete sobre os problemas sociais, mas que não consegue transformar essa realidade, não consegue fazer uma intervenção, fazendo transparecer uma fragilidade frente ao real, frente à dor do outro. Quanto ao segundo questionamento o autor faz referência às culturas do gueto, para explicar que o que se aplica a um grupo não se aplica necessariamente a outro. Contrariamente, percebe-se que o grupo dominante tende a universalização, como se todas as pessoas tivessem as mesmas necessidades, os mesmos desejos. É a partir dessa perspectiva conservadora que os movimentos sociais refletem e questionam esses posicionamentos, mostrando as especificidades de cada grupo, deixando claro que as pessoas não têm as mesmas condições e, conseqüentemente, evidenciando os diferentes interesses de cada grupo.

A propagação da necessidade da construção de um mundo letrado e que teoricamente esse mundo seria melhor parece deixar brechas para algumas reflexões. Ser letrado significa ser ético? Um mundo formado por pessoas cultas significa ter uma sociedade melhor, mais humana? Historicamente é possível identificar casos em que pessoas bem formadas intelectualmente, que tiveram uma rica formação educacional foram responsáveis por grandes tragédias humanas, como foi o caso Adolf Hitler que em nome de uma supremacia alemã e antissemita e interesses econômicos propagou teses racistas e foi capaz de exterminar milhões de pessoas. A partir de uma situação como essa fica claro que ser culto não significa ser ético. Não foi dado àquelas pessoas o direito de justificar o porquê elas tinham e mereciam o direito de viver. Nesse caso Hitler tinha o poder da palavra e por isso se achava no direito de escolher quem deveria viver e quem deveria morrer. Não é possível afirmar que ser inteligente é ser ético, que todo intelectual é bom, que é ser e estar sensível ao outro. O ser letrado nessa perspectiva é ter uma boa formação educacional, mas o ser ético estaria associado a algo que o ser humano já traz em seu caráter.

Pertencer ao mundo dos excluídos, quer dizer, não pertencer ao mundo dos letrados, ao mundo daqueles que estão imersos no mundo das letras, que possuem o poder da palavra pode

trazer a essas pessoas dificuldades para que elas exercitem os direitos sociais, visto que essas pessoas não ocupam um lugar de fala privilegiado, fazendo com que sua voz não seja ouvida, que seu discurso seja silenciado. Vale salientar que ser letrado não inviabiliza essa pessoa de ser um defensor de princípios preconceituosos e excludentes.

A partir de um olhar crítico sobre a sociedade atual percebemos que o discurso institucionalizado é que tem o poder de silenciar vivências reais de determinados grupos, omitindo verdades e reduzindo esses grupos a escória da sociedade. Em determinados momentos da história quem esteve no poder fez questão de distorcer e manipular certos discursos em prol de ideologias e interesses econômicos.

Logo, espera-se que o ensino de língua estrangeira se tornará mais significativo a partir do momento que o educando consiga fazer relação entre a sua própria cultura e a nova cultura que está aprendendo. É preciso repensar o ensino/aprendizagem de línguas e o papel que esse aprendizado pode desempenhar na constituição da subjetividade levando sempre em consideração a língua materna do aluno e sua história de vida. Vive-se hoje num mundo pluricultural e é através do estranhamento, do outro, da heterogeneidade, que o sujeito irá melhor se conhecer e se observar. É papel do professor fazer a mediação desse processo, acreditando e defendendo o ensino de LE como imprescindível à constituição dessa subjetividade, nesse contato com diferentes identidades. Nesta perspectiva, faz-se urgente vermos o ensino de LE como forma de significação e re-significação deste “eu” e de sua realidade (MULTIEDUCAÇÃO, 2007, p. 15).

## **O LETRAMENTO E OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM DE FLE.**

O ensino de Língua estrangeira (LE) e a escolha dessa língua a ser inserida na grade curricular das escolas brasileiras sempre estiveram associados ao sistema político e econômico do país. Logo o ensino de línguas estrangeiras, nas escolas, reforça a manutenção do ensino monoglota em um país com diversidade de realidades como o Brasil, uma vez que essa prática pode reproduzir a estrutura de poder fundado em princípios capitalistas.

Estudar língua estrangeira é oportunizar ao educando ampliação de sua visão de mundo, além de ser um elemento de desenvolvimento intelectual. O ensino de língua estrangeira contribui para que o indivíduo possa tomar consciência de sua identidade, assim como tomar consciência do valor de sua própria cultura, conhecendo outras culturas e percebendo as diferenças e semelhanças entre elas. É preciso reconhecer que a aprendizagem de uma segunda língua estrangeira tem o mesmo papel educativo que as outras disciplinas que compõem o currículo escolar.

A língua francesa exerceu um papel influente, no século XVIII, com a chegada da Corte Portuguesa, entre a população urbana e letrada da época. Atualmente é a língua inglesa que ocupa um lugar de destaque no cenário brasileiro, e devido essa influência ela traz como bagagem uma variada gama de conceitos e ideias da cultura norte-americana. A política de mercado é que, direta ou indiretamente, determina a língua estrangeira que deve ser ensinada nas escolas brasileiras. Nesse caso, percebe-se que as relações de poder representam papel importante no que se refere à escolha da língua obrigatória e da inserção da segunda língua estrangeira.

Por questões políticas e econômicas, no período pós-guerra (1945) a língua inglesa passou a ocupar um espaço de destaque no cenário mundial e, também, brasileiro, e anos mais tarde ela se tornou obrigatória no currículo escolar das escolas brasileiras. Sob a influência da globalização e do transnacionalismo a interação da comunidade internacional e a interação com o mercado globalizado são conduzidos, principalmente, através da língua inglesa. Com isso, aprender o inglês passou a ser sinônimo de melhores oportunidades de trabalho e maiores chances de mobilidade social, significa dizer que em decorrência de uma atitude social, o cidadão brasileiro aprende a língua inglesa para ter maiores chances de ascender socialmente. Essa atitude social estabelece relação direta entre o conhecimento da língua inglesa e o almejado sucesso material, o que é reforçado pela reprodução de valores ideológicos e culturais americanizados. Nesse caso, o aprendizado da língua estrangeira resume-se, pode-se dizer, a uma atividade mecanizada.

O ensino de língua estrangeira deve levar o educando a reconhecer-se enquanto sujeito ativo na sociedade, para que ele possa conhecer e compreender melhor o mundo ao seu redor, além de ser um importante fator de desenvolvimento intelectual. Conceber a língua estrangeira, unicamente, como instrumento de ascensão social é reduzi-la a um mero objeto de negociação comercial.

Tomaz Tadeu da Silva em uma de suas reflexões sobre educação, a partir de uma análise marxista, questiona:

[...] uma vez que na análise marxista, a economia e a produção estão no centro da dinâmica social, qual é o papel da educação e da escola nesse processo? Como a escola e a educação contribuem para que a sociedade continue sendo capitalista, para que a sociedade continue sendo dividida entre capitalistas (proprietários dos meios de produção), de um lado, e trabalhadores (proprietários unicamente de sua capacidade de trabalho), de outro? [...] a escola contribui para a reprodução da sociedade capitalista ao transmitir, através das matérias escolares, as crenças que nos fazem ver os arranjos sociais existentes como bons e desejáveis[...] (SILVA, 2013, p. 32).

A partir desse questionamento e da resposta dada percebe-se que a escola é parte importante nesse processo ao se tornar reflexo da economia capitalista vigente. Mais adiante Silva acrescenta que, segundo *“Bourdieu e Passeron, a dinâmica da reprodução social está centrada no processo de*

*reprodução cultural. É através da reprodução da cultura dominante que a reprodução mais ampla da sociedade fica garantida*". Essa ideia só reforça que a classe detentora do poder é que decide o valor social da cultura que prevalecerá na sociedade movida pelo poder econômico.

A aprendizagem de uma língua estrangeira seja ela o inglês ou o francês não deve estar atrelada somente ao aspecto econômico, ela deve acontecer na perspectiva de contribuir com a formação do cidadão que participa e constrói sua história.

O saber e o poder, segundo Foucault, dialogam entre si de tal forma que os discursos são construídos a partir das formas de dominação. Para ele, o discurso que comanda a sociedade é sempre o discurso de quem, na maioria das vezes, detém o saber. Ele focaliza na sociedade capitalista o sujeito como aquela pessoa que está sendo construída a partir das ideias produzidas pelos indivíduos que estão numa posição superior, de destaque, sendo representados pela classe dominante.

O Brasil sempre foi um país marcado pelas diferentes classes sociais, o que significa que para cada classe foi construída uma imagem que a faz ter ou não poder na sociedade. O processo civilizatório ao qual o Brasil sempre esteve exposto desde a colonização dos portugueses, perdura até os dias atuais, dentro de outra configuração. O método utilizado pelos portugueses no momento da colonização colocou o Brasil numa posição subalterna em relação ao seu colonizador, confirmando a ideia de que aquele que domina terá o poder sobre o seu dominado.

Para reforçar essa ideia de subordinação em relação a outrem, Tomaz Tadeu diz o seguinte:

Embora seja evidente que somos cada vez mais governados por mecanismos sutis de poder tais como os analisados por Foucault, é também evidente que continuamos sendo também governados, de forma talvez menos sutil, por relações e estruturas de poder baseadas na propriedade de recursos econômicos e culturais. (SILVA, 2013, p.145)

O sistema capitalista hoje pode ser entendido como o grande colonizador, o grande dominador no cenário financeiro mundial, aquele que exerce o poder sobre aquele que não se enquadra dentro desse perfil mercadológico. Assim, dentre as várias potências econômicas mundiais destacam-se os Estados Unidos, que fortaleceu essa posição no período pós-guerra. Pode-se dizer que a grande o grande discurso das potências capitalista é a universalização, a totalização dos bens simbólicos e não simbólicos. Nesse contexto, é possível ver os Estados Unidos, hoje, como o dominador em relação à política econômica brasileira e, como tal, aquele que em muitas situações determina o rumo das políticas desenvolvidas em nosso país. Dentre essas políticas destaca-se a universalização da língua inglesa. Nesse caso, a língua deixa de lado seu verdadeiro papel para funcionar simplesmente como

instrumento de manutenção de um sistema financeiro vigente. O que reforçado por Quijano quando diz:

A colonialidade é constituída do poder capitalista operando quer nos domínios da vida social quer nos âmbitos da subjetividade e intersubjetividade através de instrumentos de coerção tendo em vista a reprodução e perpetuação das relações sociais de dominação. (QUIJANO, 2005)

Mesmo esse processo de colonialidade sendo real, é possível pensar em formas alternativas que conduzam o cidadão a perceber, compreender e interpretar o mundo, atual, de outra forma, descentralizando o pensamento eurocêntrico-colonial de sua posição inicial, e deslocando o pensamento das antigas colônias, das periferias, redimensionando-o para ocupar e demarcar seu próprio lugar, numa perspectiva libertadora e igualitária. Maritza Montero (*apud*. LANDER, 2005, p. 15) aponta algumas alternativas para que a América Latina ocupe o lugar de fala de um povo até então subjugado por seus colonizadores.

O ensino de FLE (francês língua estrangeira) pode ser uma alternativa para romper com essa falsa universalidade, com o ensino monoglota; para propor um conhecimento universal enraizado numa consciência não totalitária, mas que considera outras possibilidades de aquisição do conhecimento.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Espera-se, então, que o ensino de língua estrangeira se tornará mais significativo a partir do momento que o educando consiga fazer relação entre a sua própria cultura e a nova cultura que está aprendendo. É preciso repensar o ensino/aprendizagem de línguas e o papel que esse aprendizado pode desempenhar na constituição da subjetividade levando sempre em consideração a língua materna do aluno e sua história de vida. Vive-se hoje num mundo pluricultural e é através do estranhamento, do outro, da heterogeneidade, que o sujeito irá melhor se conhecer e se observar. É papel do professor de LE é fazer a mediação desse processo, acreditando e defendendo o ensino de língua estrangeira como imprescindível à constituição dessa subjetividade, nesse contato com diferentes identificações. Nesta perspectiva, faz-se urgente vermos o ensino de LE como forma de significação e re-significação deste “eu” e de sua realidade (MULTIEDUCAÇÃO, 2007, p.15).

O ensino de língua estrangeira pode ser um instrumento de letramento a partir da introdução de um novo olhar, de uma perspectiva de mundo, onde o indivíduo pode até não ter o domínio dos códigos dessa língua estrangeira, mas tem o conhecimento da sua existência e a importância que ela ocupa na sociedade. Conhecê-la permitirá a esse indivíduo ter uma visão mais ampliada de mundo, que pode levá-lo a reconhecer e valorizar sua realidade a partir de outra realidade, de outra cultura.

A possibilidade de conhecer uma língua estrangeira pode empoderar o indivíduo e estimulá-lo a sentir-se parte integrante da história de seu lugar.

## REFERÊNCIAS

BOURDIEU, P. *A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer*. São Paulo: Editora Universidade de São Pulo, 1998.

BRASIL. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]*, Brasília, DF, v. 134, n. 248, 23 dez. 1996. Seção IV. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm)>. Acesso em: 28 jan. 2015.

CORACINI, Maria José (Org.). *O Jogo Discursivo na Aula de Leitura*. Campinas, SP: pontes.1995.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso. Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de Dezembro de 1970*. Trad.: Laura Fraga de Almeida Sampaio. Edições Loyola, São Paulo, 2004.

GINZBURG, Jaime. *Crítica em Tempos de Violência*. São Paulo. Ed. Da Universidade de São Paulo. Fapesp. 2012.

PIMENTA, Selma Garrido e ANASTASIOU, Léa das Graças C. *Docência no Ensino Superior*. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.

LANDER, Edgard (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. Perspectivas latino-americanas. Colección SurSur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina, setembro, 2005.

KLEIMAN, Angela B. Leitura e prática social no desenvolvimento de competências no ensino médio. In. BUNZEN, Clecio; MENDONÇA, Márcia (Org). *Português no Ensino médio e formação do professor*. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

SILVA, Tomaz Tadeu da. *Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo*. 3ª edição, 4ª reimpressão, Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

SOARES, Magda. *Letramento: um tema em três gêneros*. 2ª ed, 2ª reimpressão, Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

WILLIAMS, Raymond. *Cultura e materialismo*. Trad. André Glaser. São Paulo. Editora Unesp. 2011.